

Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Gildas Energias Renováveis S.A
Maracanaú - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Gildas Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Gildas Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 25 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/O-5

Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.991	2.030	Fornecedores		-	207
Partes relacionadas - outros créditos	9	21.781	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	9	<u>20.588</u>	<u>33.308</u>
Total do Ativo Circulante		<u>23.772</u>	<u>2.030</u>	Total do Passivo Circulante		<u>20.588</u>	<u>33.515</u>
Imobilizado	5	493.147	335.214	Total do Passivo		<u>20.588</u>	<u>33.515</u>
Total do Ativo Não Circulante		<u>493.147</u>	<u>335.214</u>	Patrimônio líquido	6		
				Capital social		983.500	300.500
				Adiantamento para futuro aumento de capital		110.000	313.500
				Prejuízos acumulados		<u>(597.169)</u>	<u>(310.271)</u>
				Total do Patrimônio líquido		<u>496.331</u>	<u>303.729</u>
Total do Ativo		<u>516.919</u>	<u>337.244</u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>516.919</u>	<u>337.244</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais ou administrativas	7	<u>(285.077)</u>	<u>(248.891)</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(285.077)	(248.891)
Despesas financeiras	8	<u>(1.821)</u>	<u>(1.659)</u>
Resultado financeiro		(1.821)	(1.659)
Prejuízo do exercício		<u>(286.898)</u>	<u>(250.550)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	<u>(286.898)</u>	<u>(250.550)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(286.898)</u>	<u>(250.550)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		500	-	86.500	(59.721)	27.279
Capital subscrito	6	300.000	(300.000)	-	-	-
Capital integralizado	6	-	300.000	-	-	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	-	-	227.000	-	227.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(250.550)	(250.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		300.500	-	313.500	(310.271)	303.729
Capital subscrito	6	683.000	(683.000)	-	-	-
Capital integralizado	6	-	683.000	(313.500)	-	369.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	-	-	110.000	-	110.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(286.898)	(286.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		983.500	-	110.000	(597.169)	496.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(286.898)	(250.550)
Variações nos ativos e passivos			
Fornecedores		(207)	207
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar	9	(34.501)	15.360
Caixa utilizado nas atividades operacionais		<u>(321.606)</u>	<u>(234.983)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	(157.933)	(292.487)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(157.933)</u>	<u>(292.487)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	6	369.500	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	<u>110.000</u>	<u>227.000</u>
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		<u>479.500</u>	<u>527.000</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>(39)</u>	<u>(470)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.030	2.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.991	2.030
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>(39)</u>	<u>(470)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Fótons de São Gildas Energias Renováveis S.A., “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de março de 2021 e tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, a implantação, a administração e a operação da central geradora fotovoltaica denominada UFV Fótons de São Claus 06, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da UFV Fótons de São Claus 06; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O empreendimento possui 50 KW de capacidade instalada e até o presente momento a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de abril de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para unidade mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiro reconhecido pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas – outros créditos.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.6 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.7 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.9 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26): as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade Fcom início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (c) Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. A companhia encontra-se em fase pré-operacional.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

Administração estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da Companhia estabelece o caixa mínimo a ser mantido, e todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado em Fundos de Investimentos, seguindo as diretrizes estabelecidas na política de tesouraria da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	<u>1.991</u>	<u>2.030</u>
Total	1.991	2030

5 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em andamento	<u>-</u>	<u>493.147</u>	<u>493.147</u>	<u>335.214</u>
Total		493.147	493.147	335.214

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Imobilizado em andamento	<u>335.214</u>	<u>157.933</u>	<u>493.147</u>
Total	335.214	157.933	493.147
Descrição	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Imobilizado em andamento	<u>42.727</u>	<u>292.487</u>	<u>335.214</u>
Total	42.727	292.487	335.214

6 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 983.500 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 300.500 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 983.500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Descrição	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionista						
CDV Holding S.A.	<u>100%</u>	<u>983.500</u>	<u>983.500</u>	<u>100%</u>	<u>300.500</u>	<u>300.500</u>
Total	<u>100%</u>	<u>983.500</u>	<u>983.500</u>	<u>100%</u>	<u>300.500</u>	<u>300.500</u>

Aumento de capital

Em 18 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 335.500, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 22.000 e R\$ 313.500 com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de Julho de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 127.000, plenamente integralizado em moeda corrente nesta data.

Em 30 de Novembro de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 220.500, plenamente integralizado em moeda corrente nesta data.

Adiantamento para futuro aumento de capital

No ano de 2023 foram realizados aportes a título de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 110.000.

7 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributos e contribuições	-	(2.220)
Serviços - pessoa jurídica	(5.015)	-
Compartilhamento de despesa (a) (nota 9)	(279.855)	(245.482)
Despesas com escritório	-	(207)
Taxa de manutenção com órgão regulador	-	(982)
Despesas informática e telecomunicações	(207)	-
Total	(285.077)	(248.891)

- (a) Refere-se a despesas administrativas incorridas e pagas pela CDV Holding S.A. e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de despesas assinados pelas partes. Até 31 de dezembro de 2023 a transação possuía contrato válido com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023. Esses gastos aumentaram no exercício decorrente da evolução do processo de desenvolvimento do empreendimento, demandando gastos elevados em regime de compartilhamento de despesas.

8 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(1.821)	(1.659)
Total	(1.821)	(1.659)

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	21.781	-
Partes relacionadas – outros créditos		
Transações de condomínios	21.781	-
Passivo	20.588	33.308
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Transação de condomínio	13.068	10.852
Compartilhamento de despesas (a)	7.520	22.456
Resultado	(279.855)	(245.482)
Despesas gerais ou administrativas		
Compartilhamento de despesas (a)	(279.855)	(245.482)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV Holding S.A. Até 31 de dezembro de 2022 a transação possuía contrato válido com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, tendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 30 de novembro de 2022, os diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

10 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	1.991	1.991	2.030	2.030
Partes relacionadas – outras créditos	21.781	21.781	(207)	(207)
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(20.588)	(20.588)	(33.308)	(33.308)
Total	3.184	3.184	(31.485)	(31.485)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

11 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

12 Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a Companhia realizou aumento de capital social no montante de R\$ 141.000, alterando o valor de R\$ 983.500 para R\$ 1.124.500, plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, o acionista da Companhia realizou aportes a título de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 109.000.